

Aprovada na 853ª Sessão

ALADI/CR/Ata 848
29 de outubro de 2003.
Horas: 10h15m a 12h35m

ATA DA 848ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração das Atas correspondentes às 844ª, 845ª, 846ª, e 847ª Sessões.
4. Solicitação do Governo da República da Coreia para ser aceita como Observador no Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1788).
5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e Cooperação Institucional.
6. Apresentação dos Estudos: “Identificación de Factores Endógenos y Exógenos que Inciden en la Participación de los Países de Menor Desarrollo Económico Relativo en el Comercio Intra-regional - Bolivia, Ecuador y Paraguay” (Identificação dos Fatores Endógenos e Exógenos que Incidem na Participação dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo no Comércio Intra-Regional - Bolívia, Equador e Paraguai) (ALADI/SEC/Estudos 160, 161 e 162, respectivamente).
7. Conversão das preferências negociadas ao NALADI/SH 2002 (ALADI/SEC/Proposta 245/Rev. 1).
8. Relatório do Secretário-Geral sobre o cumprimento do Orçamento por Programas para o ano 2003.

9. Conformação do Tribunal Administrativo da ALADI.

10. Assuntos Diversos.

- Postergação da VIII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento de Informações Estatísticas de Comércio Exterior.
- Doação do Governo Mexicano de um busto de Miguel Hidalgo e Costilla.

Preside:

BERNARDO PERICÁS NETO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein e Margarita Polverini (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso e Haroldo de Macedo Ribeiro (Brasil), Oscar Quina Truffa e Axel Cabrera (Chile), Claudia Turbay Quintero e María Claudia Garavito Triana (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Julio Prado Espinosa (Equador), Jesús Puente Leyva e César Manuel Remis Santos (México), Teresa Aurora Narvaja e Luis Alfonso Copari (Paraguai), William Belevan Mc Bride e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Agustín Espinosa Lloveras, Mariella Crosta e Alfredo Raggio Lafone (Uruguai), Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela), e Igor Romanchenko (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE: Está aberta a Sessão 848 do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Ponho à consideração da Sala, a Ordem do Dia com a inclusão de um ponto adicional que é a conformação do Tribunal Administrativo. Sobre este tema, a Secretaria fez circular um *aide-mémoire*.

Não havendo objeções, aprova-se a Ordem do Dia.

2. Assuntos em Pauta

Os Assuntos em Pauta são o seguinte ponto da ordem do dia. Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral para que nos informe a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito obrigado, senhor Presidente. Os Assuntos em Pauta constam do documento entregue às Representações Permanentes, que faz parte da presente ata.

1. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 503/03, de 22/09/2003.

Comunica que o Ministério das Relações Exteriores designou o Primeiro Secretário do Serviço Exterior, senhor Alfredo Raggio Lafone, para prestar funções nessa Representação Permanente.

2. Representação Permanente da Argentina. Nota N° 95, de 07/10/2003.

Comunica que a República Argentina internalizou o Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 45, que fora assinado entre a Argentina e Cuba.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1671.

3. Delegação Permanente do Brasil. Nota N° 80 de 10/10/2003.

Comunica que o Congresso Nacional aprovou o Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 35.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1674.

4. Representação Permanente do Chile. Nota N° 67, de 22/09/2003.

Comunica que o Trigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação econômica N° 35 foi aprovado conforme os procedimentos constitucionais chilenos.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1667.

5. Representação Permanente do Chile. Nota N° 68, de 22/09/2003.

Comunica que o Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação N° 35, com a correção relativa à data de sua subscrição, foi aprovado conforme a os procedimentos constitucionais chilenos.

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1668.

6. Representação Permanente de Cuba. Nota N° 21, de 23/09/2003.

Envia cópia da resolução mediante a qual são completados os procedimentos internos para entrada em vigor do Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 43 e solicita que esta comunicação seja levada ao conhecimento da Delegação do Brasil

A Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1660.1.

7. Representação Permanente do Uruguai. Nota N° 566, de 20/10/2003.

Comunica que o Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 35 está em trâmite de aprovação no Poder Legislativo.

8. Representação Permanente do México. Nota N° 150/03, de 16/10/03.

Comunica que seu Governo doará à Associação um busto de Miguel Hidalgo e Costilla, para ser colocado no espaço destinado aos bustos dos próceres dos países-membros, na frente do edifício sede da Associação.

9. Representação da Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota N° 103, de 22/10/2003.

Apresenta Pedro Ezequiel Marotta como candidato titular pela Argentina para integrar o Tribunal Administrativo.

10. Representação Permanente de Cuba. Nota N° 209, de 28/08/2003

Comunica candidatos para integrar o Tribunal Administrativo. Anuncia o envio dos respectivos currículos.

11. Representação Permanente do México. Nota N° 142, de 01/10/2003.

Apresenta candidatos para integrar o novo Tribunal Administrativo e envia seus currículos.

12. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Argentina: US\$ 100.000 – parcela da contribuição correspondente ao ano 2001.

Cuba: US\$ 58.696,00 – abrangendo a contribuição total do ano 2003 (US\$ 58.039,28), o total dos custos financeiros de 2002 (US\$ 656,34) e parcela de 2004 (US\$ 0,38).

Equador: US\$ 69.212,00 – total da contribuição correspondente ao ano 2003.

Venezuela: US\$ 75.650,66 – abrangendo o pagamento dos custos financeiros de 2002 (US\$ 28.252,38) e parcela da contribuição de 2003 (US\$ 47.398,28)

13. Convites recebidos:

Comissão Européia. 03.09.2003.

Em colaboração com a CEPAL e o CELARE, convida o Secretário-Geral para participar do Seminário Internacional: "A Experiência Européia do Euro: Construção de Uma União Econômica e Monetária, Avaliação Conjunta por Macroeconomistas Europeus e Latino-Americanos" (Santiago, 20 - 21.10.2003)

EUA Office of the Governor. 29.08.2003

Comunica que o Gabinete do Representante de Comércio Exterior dos EUA escolheu o Estado de Flórida como anfitrião da VIII Reunião de Ministros da Área

de Livre Comércio das Américas e do Foro Empresarial das Américas e convida para participar destes encontros (Miami, 17-21.11.2003)

Ministério da Informática e das Comunicações. 2.10.2003

Convida o Secretário-Geral para participar da Convenção e Feira Internacional Informática, que terá em Havana, em maio de 2004.

14. Relatório de Evolução do Acordo de Alcance Parcial sobre Sementes (ALADI/SEC/di 1787).

15. Relatório mensal sobre o comportamento do gasto orçamentário janeiro-setembro 2003 (ALADI/SEC/di 1783).

16. Relatório sobre a situação financeira da Associação até 30 de setembro de 2003 (ALADI/SEC/di 1784).

17. Relatório sobre o estado de execução orçamentária das rubricas indicadas no Artigo 4, (literal e) das Normas da Resolução 277 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1785).

18. Relatório de situação dos Acordos Regionais de Cooperação Científica e Tecnológica, de Promoção do Comércio mediante a superação das Barreiras Técnicas e de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (ALADI/SEC/di 1786).

Devemos salientar nesta oportunidade, primeiro, a nota recebida da Representação Permanente do Uruguai, comunicando a designação do senhor Primeiro Secretário do Serviço Exterior, Alfredo Raggio Lafone, quem está hoje na sala. Damos-lhe as boas-vindas e desejamos-lhe sucesso em suas atividades.

Outrossim, senhor Presidente, vamos destacar que recebemos da República Argentina o montante de US\$ 100.000, por conta de sua contribuição correspondente ao orçamento do ano 2001.

Outra contribuição, procedente da República de Cuba, de US\$ 58.696,00, saldando com US\$ 58.039,28 o total de suas contribuições do presente ano, dando também por saldados os custos financeiros de US\$ 656,34, correspondentes ao ano passado e pagando antecipadamente 38 centavos de dólar de sua contribuição do próximo ano.

Senhor Presidente, igualmente foi recebido um aporte de US\$ 69.212,00, procedente da República do Equador, que salda plenamente sua contribuição correspondente ao ano 2003. Vale salientar que, com este aporte, a República Equatoriana salda totalmente a dívida principal que tinha com a Associação, ficando pendente, então, o correspondente aos custos financeiros. No entanto, é destacável esta atitude que o Governo Equatoriano tem tido para com a Associação.

Finalmente, recebemos US\$ 75.650,66 procedentes da Venezuela, correspondentes à liquidação dos custos financeiros pendentes do ano 2002, e por conta da contribuição correspondente ao ano 2003.

A Secretaria agradece, portanto, aos Governos da Argentina, de Cuba, do Equador e da Venezuela, por meio de suas Representações Permanentes junto à associação, pelo esforço feito, sobretudo no meio da crise financeira que estamos enfrentando, para cumprir suas obrigações perante a Associação.

Por outro lado, senhor Presidente, devemos salientar que foram assinados vários acordos. Em 5 de agosto p.p., foi assinado um Acordo com a Câmara Interamericana de Transporte; em 18 de setembro p.p. – data memorável – assinamos um Acordo relacionado, basicamente, com atividades de caráter comercial, e de informação em particular, com o Subsecretariado das Relações Institucionais do Ministério das Relações Exteriores, do Comércio Internacional e de Culto da República da Argentina, que estamos já começando a desenvolver; em 22 de setembro p.p., um Acordo de Cooperação, principalmente em matéria de informações comerciais, com a Proexport Colômbia, Escritório de Promoção das Exportações desse país; e, por último, senhor Presidente, com motivo de minha visita, na semana passada, à República do Chile, assinamos, com a Universidade do Chile, um Acordo de Cooperação criando a segunda Cátedra Latino-Americana de Integração com os países-membros da Associação.

Cabe anunciar ainda que, em breve, assinaremos um Acordo com a Universidade Católica do Uruguai, Acordo que foi revisado com relação ao que sustentávamos no passado, bem como que, na próxima semana, em ocasião da reunião dos Municípios relacionados com o Corredor Bioceânico Atlântico – Pacífico, vamos assinar um Acordo com o Governo Regional de Valparaíso, em particular, a Prefeitura de Valparaíso.

Por outro lado, estive em Santiago, devido a um convite que recebi da CEPAL e do CELARE, organismo encarregado de estudar as relações da América Latina e o Caribe com a Europa, e participei do seminário: “A experiência europeia do euro, construção de uma união econômica e monetária, avaliação conjunta das possibilidades da coordenação de políticas macroeconômicas na região latino-americana”.

Recebemos uma comunicação do Escritório do Representante de Comércio Exterior dos Estados Unidos, anunciando que a próxima reunião de Ministros da área de comércio para a negociação da Área de Livre Comércio das Américas vai ser celebrada em Miami. Convida-nos para participar do foro empresarial e o convite foi assinado pelo senhor Governador do Estado de Flórida, um convite realmente muito *sui generis*, porque é preciso pagar para assistir, para participar, inclusive dos eventos para os quais nos estão convidando, isto é, é um convite bastante peculiar.

Recebemos mais um convite para participar da Conferência de Informática e Feira Internacional das Comunicações, que terá lugar em Havana, Cuba, em maio de 2004.

E, por último, senhor Presidente, colocamos hoje à disposição das Representações Permanentes toda a documentação relativa aos aspectos financeiros da Associação, referentes, nessa ordem, ao comportamento do gasto, à situação financeira da Associação e à execução orçamentária até o mês de setembro do presente ano. Todos esses documentos serão considerados pela Comissão de Orçamento.

É tudo, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Ofereço a palavra. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Eu gostaria de pedir ao Secretário-Geral que, se houver alguma documentação sobre a coordenação macroeconômica desse seminário, se poderíamos ter conhecimento dessa documentação, porque creio que esse tema interessa a muitos, portanto, se houver alguma documentação, poderia ser distribuída?

PRESIDENTE: Muito obrigado. A esse respeito, outorgo a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Obrigado, senhor Presidente. Nesse sentido, foi um seminário bem peculiar, porque não houve versão escrita das exposições, porém, toda a documentação relacionada com o seminário está disponível no *site* do CELARE, portanto, vamos fornecer-lhes o endereço para que os senhores possam tomar conhecimento dela. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Consideração das Atas correspondentes às 844^a, 845^a, 846^a, e 847^a Sessões.

Se não há nenhum comentário, passaríamos ao ponto 3 da ordem do dia, consideração das Atas correspondentes às 844^a, 845^a, 846^a e 847^a Sessões.

Se não há comentários sobre as Atas, damo-las por aprovadas.

4. Solicitação do Governo da República de Coréia para ser aceita como Observador no Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1788).

Passamos ao ponto 4 da Ordem do Dia, solicitação do Governo da República da Coréia para ser aceito como Observador no Comitê de Representantes. O documento ALADI/SEC/di 1788 apresenta as informações relacionadas com a solicitação do Governo da República da Coréia.

Ponho a consideração do Comitê a solicitação do Governo da Coréia.

Não havendo objeções, fica aprovada a solicitação do Governo da Coréia.

5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e Cooperação Institucional.

Seguimos com o ponto 5 da ordem do dia, Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e Cooperação Institucional. Ofereço a palavra ao senhor Embaixador do Uruguai, que é o Coordenador do Grupo.

Representação do URUGUAI (Agustín Espinosa Lloveras): Muito obrigado, senhor Presidente. Dia 9 deste mês, o Grupo de Trabalho para o Acompanhamento das Atividades de Informação e Cooperação Institucional reuniu-se nesta Sede, com a participação de representantes dos doze países e de funcionários da Secretaria. Assistiram, também, dois representantes da Delegação da Comissão Européia, credenciados junto aos Governos do Uruguai e do Paraguai, com sede em Montevidéu, o Conselheiro Pablo Amor Echeverry, atuando em sua qualidade de Encarregado de Negócios, devido à ausência da Embaixadora, e o assessor de Cooperação Econômica, o Conselheiro Esteban García de Motilola.

A ordem do dia incluía um único ponto, que era o projeto de criação do Centro Regional de Informação Regional, CRIC. Conforme estabelecido em nossa última reunião

de setembro e com a aprovação do Comitê de Representantes Permanentes, convidamos a Delegação da Comissão Europeia no Uruguai e no Paraguai para participar da reunião do Grupo de Trabalho, com o objetivo de apresentar-lhe o projeto de criação do CRIC em nossa Associação e apresentar uma solicitação de cooperação ao Escritório de Estatísticas da Comissão Europeia, EUROSTAT, no âmbito do Acordo que outorga à União Europeia a categoria de Organismo Internacional Observador junto à ALADI.

Informou-se acerca da sessão do Comitê de Representantes na qual nos foi encomendado que buscássemos cooperação técnica com o EUROSTAT para estabelecer o Centro Regional de Informação Comercial, após uma apresentação que fizemos em nossa qualidade de Coordenador. Na mesma ocasião, a Secretaria-Geral ofereceu informações sobre os aspectos técnicos relacionados com o projeto de criação do CRIC, bem como sobre as ações até agora realizadas perante organismos internacionais e regionais com vistas a obter cooperação técnica: UNCTAD, OCDE, dentre outras.

Manifestou-se aos delegados da União Europeia o interesse em obter cooperação técnica do EUROSTAT em matéria de troca de informações socioeconômicas e comerciais, referências bibliográficas e documentárias dos respectivos acervos institucionais e, por outro lado, solicitou-se, também, um *login name* e um *password* para acessar o *site* da União Europeia com o objetivo de entrar nos bancos de dados: a biblioteca virtual, os diários oficiais, etc.

Consideramos que a cooperação também deveria incluir ações que permitam à Secretaria-Geral conhecer, com suficiente grau de aprofundamento, a experiência da União Europeia e do EUROSTAT em matéria de captura, processamento, sistematização e fornecimento de informações para apoiar as negociações inter-regionais ou com outros países ou esquemas de integração, nas quais estamos envolvidos os diferentes membros da Associação.

A cooperação poderia incluir, ainda, missões de serviço de funcionários da Secretaria-Geral à sede da EUROSTAT, capacitação dos funcionários da Secretaria, realização de oficinas e visita de técnicos europeus à sede da ALADI.

O Conselheiro Pablo Amor Echeverry referiu-se aos aspectos técnicos e administrativos da Cooperação em curso da União Europeia com o MERCOSUL e o Chile, como antecedente da que se poderia realizar com a ALADI, bem como a que eles estão executando com a Comunidade Andina, sobretudo em matéria estatística e de fortalecimento institucional.

Destacou a participação do EUROSTAT nesses sistemas de integração e países e assinalou que buscaria contribuir com sua própria experiência pessoal para facilitar a tramitação da solicitação de cooperação da ALADI. Informou que o EUROSTAT não tem um mecanismo de financiamento de cooperação técnica independente, e que, portanto, esse financiamento deveria enquadrar-se em um memorando de entendimento a ser negociado entre a ALADI e a Comissão Europeia, o que considerou ser muito factível, apesar de ter que enfrentar o trâmite burocrático que todo memorando de entendimento com a União Europeia deve seguir.

Recomendou, nesse sentido, que a ALADI enviasse uma nota informativa à Comissão Europeia, contendo as linhas gerais de ação, relacionadas com a cooperação referida e, dessa forma, dar-se-ia início ao tratamento institucional correspondente. O Delegado da União Europeia informou, também, que, em dezembro, um Delegado do

EUROSTAT visitaria Montevideu e seria possível fazer uma primeira análise do tema perante o Comitê de Representantes, conjuntamente com a Secretaria-Geral.

Sem prejuízo do envio da nota à Delegação da Comissão Europeia, que creio que foi feito no dia 14 deste mês, para iniciar a cooperação com o EUROSTAT no que respeita especificamente ao CRIC, o Grupo, finalmente considerou que a negociação de um futuro memorando de entendimento entre a ALADI e a União Europeia deverá contemplar outros temas que específicos da agenda de nossa Associação, mais ambiciosa que as vinculadas estritamente à área estatística, tais como negociações, estudos.

Enfim, levando em conta o que a União Europeia está fazendo em matéria de cooperação técnica com outras agrupações regionais e países, por meio de Acordos de Cooperação, e que, depois de tantos anos, a União Europeia é Observadora junto a nossa Associação, pareceria que um memorando de entendimento e de cooperação é algo que faz muito sentido. Portanto, o Comitê deverá resolver a respeito deste tema, porque esse memorando de entendimento, que busca cobrir outras áreas no relacionamento da ALADI com a União Europeia, excede o mandato dado por este Comitê a nosso Grupo de Trabalho.

Considero que isso é tudo o que temos que informar, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Representante do Uruguai. Ofereço a palavra sobre o tema. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, quero agradecer o relatório do Coordenador do Grupo. Em segundo lugar, creio que estamos abrindo a porta para um processo de cooperação com a União Europeia que, em verdade, já deveria ter começado, e considero que seria útil que o Comitê, de alguma maneira, já encarasse a tarefa do memorando de entendimento com a União Europeia, sobretudo porque, devido às dificuldades que todos conhecemos que atravessa a Associação, não são muitos os campos onde podemos realizar ações, de forma tal que creio que seria bom impulsionar no mais curto prazo possível o início das gestões para este memorando de entendimento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Vejo que estamos todos de acordo com a proposta do senhor Representante da Argentina e damo-la por aprovada.

6. Apresentação dos Estudos: "Identificación de Factores Endógenos y Exógenos que Inciden en la Participación de los Países de Menor Desarrollo Económico Relativo en el Comercio Intrarregional - Bolivia, Ecuador y Paraguay" (Identificação dos Fatores Endógenos e Exógenos que Incidem na Participação dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo no Comércio Intra-Regional - Bolívia, Equador e Paraguai) (ALADI/SEC/Estudos 160, 161 e 162, respectivamente).

Passamos ao próximo ponto da ordem do dia que é a "Apresentação dos Estudos: Identificação de Fatores Endógenos e Exógenos que Incidem na Participação dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo no Comércio Intra-Regional - Bolívia, Equador e Paraguai". são os documentos ALADI/SEC/ Estudos 160, 161 e 162.

Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral Adjunto para que os apresente.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía): Obrigado, senhor Presidente. Senhores Representantes, o Estudo "Identificação dos Fatores Endógenos e Exógenos que Incidem na Participação dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico

Relativo no Comércio Intra-Regional” foi elaborado pela Secretaria-Geral em cumprimento do Artigo Primeiro da Resolução 56 do Décimo Segundo Conselho de Ministros da Associação.

Os termos de referência do Estudo, aprovados pelo Comitê de Representantes em maio de 2002, foram preparados em forma conjunta pelo Coordenador do Grupo de trabalho dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, dos Representantes Permanentes da Bolívia, do Equador e do Paraguai junto à ALADI, e por Diretores da Secretaria-Geral.

Para a realização do Estudo, a Secretaria-Geral contratou consultores: o Economista Walter Cancela, do Uruguai, que foi o Coordenador, o Economista Pedro Luis Echeverría, da Venezuela, e o Economista Antonio Castillo, do Peru.

Os consultores organizaram suas atividades a partir de um documento base preparado pela Secretaria-Geral, sobre aspectos estruturais da economia dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, sua evolução, as características principais do setor externo e o grau de aproveitamento das preferências recebidas.

Para a formulação do Estudo, os consultores e o Diretor do Departamento de Promoção Econômica realizaram uma missão às principais cidades destes países, nas que entrevistaram a diretores de organismos públicos e privados vinculados ao comércio exterior, com o objetivo de levantar dados para a preparação do Estudo. A coordenação das entrevistas esteve a cargo dos Representantes Permanentes da Bolívia, do Equador e do Paraguai.

O Estudo, cujo alcance e conteúdo será apresentado pelo Economista Cancela, tem um caráter preliminar devido à necessidade de incorporar as sugestões que formule o Comitê de Representantes, para que seja considerado na Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros da Associação.

Com sua vênua, senhor Presidente, eu gostaria de pedir ao Economista Cancela que realize sua exposição.

CONSULTOR (Walter Cancela): Muito obrigado. Após a introdução muito completa que fez o Secretário-Geral Adjunto, apenas me resta dizer que esta apresentação vai ser uma mínima síntese dos relatórios que elaboramos juntamente com os demais consultores e com o apoio permanente da Secretaria-Geral; cada um destes relatórios consta de aproximadamente 180 páginas e são três, correspondendo um a cada país.

Em primeiro lugar, para dar uma idéia da estrutura do relatório, diremos que consta de uma descrição, contida nos capítulos 1 e 2 e referente às tendências do comércio exterior de cada um desses países e à participação de cada país no processo de integração.

A partir dessa descrição, realiza-se uma interpretação que contém a identificação dos fatores exógenos, tratados no capítulo 3, e endógenos, tratados no capítulo 4, que explicam de alguma maneira essa situação.

Com base nos capítulos precedentes, chega-se às conclusões, apresentadas no capítulo 5, que se referem aos principais problemas e obstáculos identificados no diagnóstico. Ali, também, propõe-se alguns objetivos para enfrentar esses problemas e obstáculos e, sugere-se alguns cursos de ação.

Levando em conta as características específicas de cada país, a problemática básica identificada nos três países poderia ser sintetizada, em primeiro lugar, em um desenvolvimento insuficiente do aparelho produtivo, característico de países na categoria de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da Associação.

Esse desenvolvimento insuficiente do aparelho produtivo determina uma alta concentração das exportações em mercados e produtos, para os três países. Aqui aparecem diferenças quanto aos mercados e aos produtos que se concentram nas exportações de cada um dos países. Enfocando os mercados, para não entrar em detalhes dos produtos – isso está no relatório – a Bolívia, por exemplo concentra 45,4% de suas exportações na ALADI, os Estados Unidos representam 23%, a União Européia 19%, mas dentro da ALADI, inclusive, a Bolívia, concentra 93% de suas exportações no MERCOSUL e na CAN.

No caso do Equador, o perfil muda, pois suas exportações concentram-se principalmente nos Estados Unidos: 38,5% dos fluxos de vendas ao exterior vai para os Estados Unidos, 21% para a ALADI e 17% para União Européia; porém, dentro da ALADI, novamente 66% se concentra na CAN e particularmente na Colômbia.

O Paraguai é quem orienta em maior proporção suas exportações para a ALADI, 60,6%, e 23,4% à União Européia, os Estados Unidos participam muito pouco nas exportações paraguaias, mas dentro de ALADI, novamente, o Paraguai concentra 86,5% de suas exportações no MERCOSUL. Todas estas cifras correspondem a médias dos últimos anos no comércio.

Em segundo lugar, este desenvolvimento insuficiente do aparelho produtivo determina uma alta dependência da atividade interna com respeito à capacidade de importação destes países. O crescimento de sua atividade econômica interna impacta de forma muito forte nas necessidades de importação, na medida que o desenvolvimento do aparelho produtivo é insuficiente e, portanto, exige a geração de capacidade de compra pela via do crescimento das exportações.

O terceiro elemento que poderia caracterizar a problemática básica é que esta exigência de maiores exportações, embora conte com instrumentos desenvolvidos ao amparo do Tratado de Montevideu de 1980, revela um escasso aproveitamento dos instrumentos estabelecidos por parte dos países, particularmente das preferências tarifárias.

Os fatores encontrados na pesquisa que fizemos durante a missão e nos estudos aos quais tivemos acesso, revelam como principais causas deste baixo aproveitamento, o desconhecimento relativo destes mecanismos existente entre os operadores, apesar dos esforços realizados pela própria Secretaria-Geral na divulgação dos mecanismos. Um segundo elemento assinalado por praticamente todos os operadores é a inadequação que existe entre as concessões recebidas, a oferta exportável dos países (sic), e o terceiro é a perda de incidência que tiveram as preferências tarifárias perante a tendência à diminuição das tarifas em termos gerais, por um lado, e perante a aplicação cada vez mais generalizada de normas reguladoras de comércio, que vamos tratar com maiores detalhes mais adiante.

Tudo isto determina que possamos sintetizar no fraco desenvolvimento da competitividade global da economia, a problemática básica da inserção destes países no comércio internacional e, em particular, no comércio regional.

A competitividade, então, é afetada por fatores exógenos relacionados com os âmbitos comerciais, financeiros e tecnológicos, e por fatores endógenos relacionados, primeiro, com o entorno macroeconômico, que inclui a estratégia de desenvolvimento do país e a política macroeconômica; segundo, com o âmbito microeconômico, no que respeita à produtividade dos fatores em incorporação de tecnologia à capacidade de investimento, à organização empresarial e à própria gestão empresarial; terceiro, com as políticas de inserção externa, especificamente dos países; quarto, com a infra-estrutura física e de serviços destas economias; e, finalmente, ao enquadramento legal e institucional no qual se desenvolve a atividade econômica.

Passando aos fatores exógenos, este quadro pode ser bastante difícil de ler rapidamente, mas englobamos estes fatores em quatro tipos, uns referentes ao entorno internacional e às políticas comerciais desenvolvidas no mundo, um segundo mais específico, regional, focalizando os aspectos referentes ao financiamento do desenvolvimento e os aspectos de transferência de tecnologia e em cada um deles tentamos identificar obstáculos ou problemas que constituem ameaças ou fraquezas para estes países, tentando associar objetivos a cada um destes obstáculos e problemas, de forma a estabelecer possíveis cursos de ação para superá-los, para enfrentá-los. No caso dos fatores exógenos, em geral, não é possível modifica-los, mas sim administrar os impactos desses fatores na economia interna.

Rapidamente, no que respeita ao entorno internacional e às políticas comerciais, identificamos como principais problemas, não os únicos, mas alguns dos principais, a instabilidade dos mercados dos produtos que estes países exportam, em geral, instabilidade em termos de quantidades e de preços, são mercados de produtos em geral *commodities*, cuja participação no comércio internacional são frações reduzidas da produção mundial e pequenas variações na produção mundial produzem fortes variações na oferta internacional e, portanto, forte instabilidade nos mercados.

Segundo, apesar dessas flutuações, a tendência é a deterioração dos termos de intercâmbio destes países, tendência que já é secular na América Latina. Um terceiro elemento que ganhou força nos últimos anos é a volatilidade crescente dos fluxos de capital, que geram impactos e instabilidades macroeconômicas pelos choques que produzem estes fluxos sobre a estabilidade macroeconômica dos países, e finalmente, a persistência das barreiras ao comércio no comércio internacional, apesar dos avanços muito lentos e dificultosos nas negociações na Organização Mundial do Comércio.

Associando objetivos a cada um destes problemas, os mesmos deveriam ser buscar uma inserção dinâmica em nichos de mercado livres das flutuações derivadas destes mercados de *commodities*, buscar a neutralização dos efeitos da volatilidade financeira sobre a economia interna e perseguir a obtenção de regras de comércio justo. Para isso, a inserção em nichos dinâmicos pode ser usada como instrumento, os sistemas gerais de preferência que, em geral, têm os países desenvolvidos e, em particular, o ATPDEA que é um tratamento especial que os Estados Unidos acordaram com os países comprometidos na luta contra a droga, especialmente o Equador e a Bolívia, os países não nos interessam hoje mas também a Colômbia e o Peru, utilizando estes mecanismos, orientados fundamentalmente a produtos industriais, de forma a desenvolver oferta para inserir-se em nichos dinâmicos.

Ainda, buscar estabelecer controles aos fluxos de capital especulativo que ocorrem para e da região, de forma a minimizar ou amortecer os impactos que esses fluxos têm sobre a estabilidade macroeconômica e, tanto no campo financeiro como no comercial,

buscar a coordenação de estratégias regionais, para obter progressos nas negociações comerciais para regras de comércio mais justas.

Quanto ao entorno regional, os entrevistados na missão destacaram que as fortes mudanças nos preços relativos produzidas na região nos últimos anos, geraram impactos negativos na continuidade de fluxos comerciais. Estas fortes mudanças nos preços relativos estão associados à instabilidade macroeconômica que a região viveu durante a década dos 90. Eles assinalaram, ainda, como efeitos ou obstáculos ao desenvolvimento das correntes de inserção comercial destes países na região, a aplicação não-previsível de normas reguladoras do comércio.

Perante estes problemas identificados, estabelece-se como objetivo a previsibilidade dos preços relativos, a coordenação ou harmonização, sempre que possível, da macroeconomia dos países, e o estabelecimento de regras comuns de aplicação de normas reguladoras do comércio.

Neste sentido, as ações sugeridas se orientam para a potencialização dos mecanismos existentes em nível regional, tais como o sistema de pagamentos da ALADI e o fundo Latino-Americano de Reservas, que podem operar como âmbito para desenvolver mecanismos de coordenação e de troca de informações. Quando digo coordenação, é o limite, pelo menos troca de informações, para manter controlados os efeitos das instabilidades macroeconômicas no comércio. Além disso, a busca do estabelecimento de uma rede de segurança frente às mudanças macroeconômicas, para evitar os impactos negativos sobre a continuidade dos fluxos comerciais e a busca do estabelecimento de um código sistemático de normas reguladoras do comércio e normas para sua aplicação, de forma a tornar previsível e manejável seu exercício legítimo por parte dos que comerciam.

No que respeita ao âmbito do financiamento ao desenvolvimento, é possível encontrar questões reiteradas. Os problemas básicos são a escassez relativa de recursos concessionais nos circuitos de financiamento ao desenvolvimento e, muitas vezes, o desenho inapropriado dos programas de assistência financeira às necessidades dos países em desenvolvimento, particularmente dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Há programas padrão que poucas vezes se adequam às necessidades dos países que precisam programas sob medida. Nesse sentido, é um problema reiterado nas entrevistas.

Então, os objetivos seriam a identificação de fontes e a focalização dos programas de financiamento e desenvolvimento de capacidades de negociação dentro dos países para gerar programas de cooperação financeira focalizados nas necessidades reais dos países.

Quanto às ações, o problema da dívida externa surgiu especialmente no caso do Equador, em situação de cessação de pagamentos após uma crise muito forte nos anos anteriores, e também no caso da Bolívia. Com menos força no caso do Paraguai, apesar de que, neste país, o crescimento do endividamento externo nos últimos anos também comece a gerar alerta no interior do país.

Esta situação de endividamento gera dificuldades para o acesso aos programas de financiamento e também o condiciona, porque compete nas necessidades de programas de assistência para a emergência financeira com programas de assistência para o desenvolvimento produtivo e isto exige, então, o desenho de estratégias de relacionamento com as instituições financeiras internacionais por parte desses países.

No que respeita à transferência de tecnologia, o mercado da tecnologia é um mercado monopólico, e não podemos dizer que se trata de um mercado típico, tradicional de concorrência, nem de um sistema de transferências, na medida que a tecnologia se transforma em mercadoria que tem um preço e, na medida que esse preço é estabelecido em condições de monopólio, e, de certa forma exclui do acesso ao mercado tecnológico àqueles países que mais precisam da tecnologia e que não têm recursos para isso. Porém, também são identificados problemas internos de fraquezas dos próprios países, como a ausência de uma massa crítica de conhecimento tecnológico e de recursos tecnológicos para poder absorver eventual transferência de tecnologia, tornando-se dependentes da aplicação tecnológica externa, da assistência externa, sem possibilidade de internalizar capacidades de desenvolvimento tecnológico.

Finalmente, esta característica do mercado e esta ausência de massa crítica, determinam uma inadequação, geralmente dos pacotes tecnológicos à disponibilidade de recursos dos países, gerando desequilíbrios estruturais nas próprias economias. Perante isto, propõe-se, como objetivo, o estabelecimento, em nível internacional, de normas de transferência de tecnologia e, em nível interno, o desenvolvimento da capacidade interna de absorção de tecnologia. E, como cursos de ação, a busca de normas adequadas de regulação da propriedade intelectual, partindo da base desta assimetria de acesso ao desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento da capacitação tecnológica ao interior dos países com vistas a desenvolver a capacidade interna e massas críticas e o estabelecimento de programas regionais de cooperação horizontal, aproveitando os mecanismos existentes no âmbito da ALADI.

Passando aos fatores internos, isto é, aos fatores endógenos, primeiro vamos parar, rapidamente, no âmbito macroeconômico e fazer uma consideração geral dos fatores que incidem em todos os países.

Em primeiro lugar, surge, da pesquisa de campo e da análise de documentos, a ausência de um consenso sobre estratégia de desenvolvimento nacional nos países. Embora existam formulações estratégicas em todos os países, não se percebe que essas estratégias (sejam) documentadas, escritas, internalizadas pelos atores econômicos, de forma integral, isto é, muitas vezes são assumidas no discurso, mas não necessariamente na atuação, então, não há um consenso nacional firme sobre estratégias de desenvolvimento de longo prazo no país.

Isto ocorre, em maior ou menor medida, em todos os países, destacando-se na Bolívia e mais intensamente no Equador, inclusive com diferenças regionais quanto à construção destes consensos. Oposição serra - litoral no Equador, no setor privado fundamentalmente, e na Bolívia, mais atenuado, mas também ocorre o mesmo em Santa Cruz e La Paz, por pôr esquematicamente as coisas.

O segundo aspecto do âmbito macroeconômico, que opera sobre a capacidade de desenvolver competitividade, é a política macroeconômica, nos três países foi percebido o objetivo da estabilidade como centro, a partir de situações críticas que atravessaram nos últimos anos, com soluções diferentes, mas, em todos os casos, focalizados na busca da consistência da política macroeconômica entre as áreas fiscal, monetária e cambial destas políticas.

Na Bolívia, a consistência da política fiscal é uma fortaleza a resgatar, mas enfrenta uma forte restrição fiscal. Os operadores, no entanto, não questionam, não vêem o tipo de câmbio como problema, como fator que opera contra a capacidade de competência, mas sim esta restrição fiscal, que se reflete em uma carga fiscal importante e em uma situação

de taxas de juros pela competência do Estado nos mercados de capital, que afetam o custo do crédito para as operações produtivas.

No caso do Equador, a dolarização determina uma ausência de possibilidades de administração da política monetária e cambial. Lá as opiniões estão divididas quanto ao efeito da dolarização sobre a capacidade de competência, porém, contribuiu para a estabilidade dos preços e para a necessidade de convergência fiscal e de solidez do sistema financeiro, aspectos que, no curto prazo, determinam altas taxas de juros, que também afetam a competitividade, mas, em definitivo, por outro lado, a dolarização permite previsibilidade ao exportador e ao importador em termos de impacto dos preços internacionais no mercado interno.

E, finalmente, no Paraguai a âncora nominal escolhida após a crise baseada no aumento do crédito interno, determina que o tipo de câmbio seja livre mas é intervindo pelo Estado para evitar flutuações bruscas no mesmo. Isto obrigou a introduzir reformas fiscais como, por exemplo, a eliminação de isenções impositivas que foram percebidas como negativas sobre a competitividade do setor exportador.

O terceiro fator macroeconômico, e por isto vou passar rápido porque já é conhecido, nos três países os entrevistados destacam uma fraqueza na liderança estatal para conduzir uma estratégia de desenvolvimento e uma relativa ausência de liderança privada, isto é, não liderança estatal mas tampouco há liderança privada que assuma a liderança necessária em um processo de desenvolvimento.

E, para terminar, há uma baixa participação nacional na formação de capital, que nos três países está, praticamente, confiada ao investimento estrangeiro direto, que se encontra concentrado por sua vez, nos setores tradicionais. Fundamentalmente nos casos da Bolívia e do Equador não são difundidos efeitos importantes para o resto da economia, pois se focalizam em setores com características de enclave, como setores da produção energética, petroleira ou do gás, em ambos os casos.

Passando ao âmbito microeconômico, identificamos seis fatores dentre os principais. O primeiro é a escassa incorporação de tecnologia. Para superar esta fraqueza das estruturas econômicas destes países, propõe-se, como medidas de ação: o aumento e a melhora da gestão dos programas de capacitação tecnológica, o incremento do investimento em pesquisa e desenvolvimento e, o incremento do número de produtos de qualidade certificada. Neste último ponto, por exemplo, é possível utilizar as compras estatais para induzir e promover o uso da certificação de produtos que implicam a necessária incorporação de tecnologia e, também no caso da cooperação no nível da ALADI, a aplicação das normas reguladoras do comércio, às quais nos referíamos como tendo impactos negativos em alguns casos, pode ter impacto positivo mediante o uso destas normas reguladoras do comércio para promover a utilização da certificação de qualidade nos produtos que entram nos mecanismos de preferência.

O segundo fator, a segunda fraqueza é a baixa capacidade de investimento, para o que se propõe o fortalecimento do entorno jurídico institucional, que foi identificado como o principal fator que afeta a fraqueza deste entorno, é o principal fator que afeta as possibilidades de investimento produtivo nos três países, e a promoção de associações entre público - privado como mecanismo para suprir os recursos que o Estado não tem para liderar processos de investimento em nível dos países.

O terceiro fator, a terceira fraqueza identificada é a baixa produtividade da força de trabalho, que está associada aos dois fatores anteriores. A baixa produtividade da força de

trabalho nestes países está determinada por uma escassa incorporação de capacitação tecnológica e pelo escasso investimento e, portanto, pela escassa dotação de capital, para o que, além dos programas de qualificação de trabalho e outras coisas que estão sendo desenvolvidas nos três países, assinala-se a necessidade de desenvolver sistemas de incentivos às empresas para promover a qualificação de seu pessoal.

A quarta fraqueza identificada na escassa integração de cadeias produtivas nos países, que, de certa forma, é o que não gera externalidades positivas para o desenvolvimento do investimento. Por isso se propõe promover a conformação de cadeias integradas sobre bases regionais, sobre bases locais, de forma a gerar economias de rede que permitam o fortalecimento e a dinamização do processo de investimento.

Uma quinta fraqueza é a fraqueza da gestão empresarial nestes países. Detectou-se que a gestão empresarial é uma gestão pouco profissional em geral e propõe-se, portanto, programas de assistência técnica específica, além de mecanismos de incentivos que permitam, de alguma maneira, desalentar ou alentar a gestão profissional da empresa.

E, finalmente, este mesmo aspecto da gestão empresarial e do âmbito jurídico institucional se traduz em uma extensão da informalidade nas economias, que conspira contra a competitividade sistêmica. Aqui a proposta é começar a atacar pela simplificação de trâmites, especialmente no que respeita à fiscalidade.

O outro âmbito que tínhamos assinalado foi o das políticas de inserção externa. Aqui, no caso da Bolívia, vamos apresentar em primeiro lugar o que se refere à política comercial e ao regime de incentivos, e vamos nos deter principalmente nas propostas que estamos fazendo de cursos de ação, antes que no diagnóstico e todo o resto, que os senhores podem ver no relatório.

Quanto à política comercial e ao regime de incentivos, propõe-se o estabelecimento de um plano operativo integrado de promoção de exportações e investimentos, que permita pôr em prática o programa de desenvolvimento que já existe na Bolívia, para a promoção de exportações e investimentos.

Em segundo lugar se destaca a necessidade de gerar um plano de inteligência comercial, do qual a Bolívia carece e que se considera necessário para permitir desenvolver a estratégia de inserção em nichos dinâmicos do comércio internacional.

Paralelamente, como parte do plano de desenvolvimento exportador, a necessidade de criar uma imagem país, que se associe aos produtos, de forma que isso se torne uma marca diferenciadora que permita acessar esses nichos dinâmicos. Estes dois últimos fatores, estes dois últimos cursos de ação, plano de inteligência comercial e desenvolvimento de imagem país, estarão presentes também para o Equador e para o Paraguai.

Quanto ao outro aspecto, que é evitar o gravame à exportação, foi assinalado pelos exportadores que o regime de incentivos carece de uma cobertura completa na medida em que há gravames que o exportador deve, necessariamente, trasladar ao preço, dado que não podem ser descontados por nenhum mecanismo existente.

Em segundo lugar, a administração dos incentivos existente para as exportações deveria ser administrada de forma a gerar capacidades exportadoras, antes que gerar utilidades de curto prazo para o empresário, fazendo que os incentivos sejam gradativos e sujeitos a avaliação de resultados, isto é, que funcionem de acordo com o impacto que

geram antes que, simplesmente, como um reforço à rentabilidade empresarial na exportação.

Quanto às políticas de integração, identificou-se a necessidade de gerar capacidade institucional interna para desenvolver as políticas do país. Aquilo que mencionamos sobre a ausência de um consenso, de uma estratégia nacional de desenvolvimento, envolve também uma fraqueza nas políticas de integração no longo prazo, além da existência de um espírito nacional integrador, no caso da Bolívia, produto de sua própria situação como país mediterrâneo no coração da América Latina, mas carente de linhas estratégicas claras em nível nacional e com capacidade institucional fraca. Os operadores assinalaram uma fluidez, por chamá-lo de alguma maneira, no tipo de instituições, são criadas e desaparecem, sobrepõem-se competências e há lacunas de competências onde não intervem nenhuma instituição.

Isso precisa, em certa forma, de uma geração de capacidades que passa por uma nova engenharia institucional quanto à gestão das políticas de integração. Também são necessários esforços em matéria de formação de negociadores, tanto do Governo como do setor privado, pois foi assinalada a fraqueza da Bolívia em matéria de formação de negociadores e lá há programas específicos que foram desenvolvidos pela Secretaria-Geral, mas nos que seria preciso insistir e aprofundar para fortalecer a capacidade dos negociadores bolivianos. Este mesmo elemento vai aparecer também no Equador e no Paraguai.

Um terceiro elemento assinalado foi a necessidade de que existam mecanismos de acompanhamento dos tratamentos preferenciais que são outorgados ao amparo do Tratado de Montevideu, quanto a sua aplicação e quanto a seu impacto de forma a ter capacidade de avaliação para modificá-los e torná-los mais adequados para as necessidades dos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Da mesma forma como com a orientação do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo existente na Associação, estes mecanismos deveriam estar orientados fundamentalmente para o desenvolvimento de capacidades no setor privado para inserir-se e conquistar mercados, tanto na região, quanto no resto do mundo, mediante o conhecimento dos funcionamentos dos mercados de destino, que os operadores locais normalmente não têm. Isto é, normalmente, o exportador não conhece o funcionamento fino do mercado de destino e isso provoca que, muitas vezes, a capacidade de aproveitamento dos mecanismos existentes seja bloqueada, e, finalmente, recomenda-se, como ação, privilegiar o fortalecimento dos esquemas regionais e sub-regionais como plataformas de negociação para estes países.

Nesse sentido, a situação varia para cada um deles. A Bolívia faz parte da Comunidade Andina de Nações, ao mesmo tempo está associada ao MERCOSUL. O Paraguai faz parte do MERCOSUL e o Equador faz parte da Comunidade Andina de Nações, e os três, fazendo parte da ALADI, podem aproveitar que pertencem a esses esquemas regionais como plataforma de negociação em nível internacional.

Passando ao Equador, e vamos ir um pouco mais rápido porque se repetem algumas das recomendações, no caso da política comercial e do regime de incentivos, recomenda-se a consolidação do plano de promoção de exportações 2001 – 2010, já estabelecido e formulado, pior, ainda está em etapa incipiente, a necessidade de desenvolver um plano de inteligência comercial, como foi também assinalado para a Bolívia, a construção de consensos regionais no que respeita ao conflito Serra - Litoral, como já assinaláramos, no setor privado no Equador, e isso precisa da construção de consensos regionais em torno a

uma política comercial nacional, e ao manejo dos incentivos de forma a regulamentar as diferenças regionais. O desenvolvimento do credenciamento e da certificação como mecanismo de potencialização da capacidade do Equador para inserir-se nos mercados internacionais e a capacitação técnica comercial do setor privado, que foi assinalada como uma das necessidades mais sentidas por este setor.

Quanto às políticas de integração, repete-se a necessidade de formação de negociadores, a necessidade de estabelecer mecanismos de acompanhamento dos tratamentos preferenciais, e os demais pontos assinalados, também para a Bolívia.

E, para o Paraguai, a política comercial e o regime de incentivos nos sugerem recomendar a formulação de um plano mestre de exportações, inexistente além da OPEC. Por exemplo, no Paraguai, formulações que poderiam fazer parte de um plano mestre de exportações, a facilitação da atividade maquiladora, após sua incorporação de mais a mais como mecanismo reconhecido no MERCOSUL, o desenvolvimento de um plano de inteligência comercial e desenvolvimento de imagem país, igual que nos casos anteriores, o caso da Bolívia particularmente, e o estabelecimento de mecanismos de incentivos, o estabelecimento de mecanismos de créditos de intermediação, e o seguro de créditos à exportação, para complementar os incentivos já existentes a nível tributário na estrutura paraguaia.

Quanto à política de integração, também destacam os mesmos fatores que foram identificados para a Bolívia, não havendo em sua formulação maiores diferenças, salvo as diferenças específicas da situação institucional de cada um dos países em matéria de formulação e gestão da política de integração.

Passando ao conjunto de fatores que fazem referência à infra-estrutura física e de serviços, no caso da Bolívia, identificamos um problema central que é o dos custos do transporte, associado à “mediterraneidade” do país, que conduz a formular como sugestões as seguintes prioridades: a construção de terminais intermodais de carga, que permitam combinar transporte aéreo com transporte terrestre e fluvial; o fortalecimento institucional do plano mestre de transporte - existe um plano mestre de transporte na Bolívia, é preciso um fortalecimento institucional para que seja efetivamente posto em prática - e a utilização do mecanismo da concessão de obra pública para desenvolver os investimentos necessários na infra-estrutura viária e ferroviária fundamentalmente, bem como também na aeroportuária, ainda que esta precisa mais de centros de logística do que de aeroportos.

Quanto à cobertura das telecomunicações, sua cobertura e seu custo são considerados ainda não satisfatórios, pelo qual se propõe o estabelecimento de metas de cobertura e incorporação de tecnologia às companhias que atuam no setor das telecomunicações, bem como o estabelecimento de metas de custo, com o fim de torná-las competitivas, pelo menos no nível regional.

Em matéria de energia, é necessária a reorganização do sistema de distribuição de energia elétrica, a revisão do sistema tarifário, que aparece como pouco adequado às condições de construção de competitividade sistêmica, a atualização do marco regulador do setor hidrocarbonetos, que permita o desenvolvimento do transporte de hidrocarbonetos fundamentalmente, e, ainda, o incentivo à industrialização e à utilização maciça do gás natural, como parte da matriz energética do país, de forma a aproveitar esta vantagem competitiva da Bolívia.

No caso do Equador, quanto a transporte, existe um plano mestre de viação. Aqui é aconselhada uma aplicação efetiva desse plano, limitada atualmente pela disponibilidade

de recursos orçamentários, priorizando o estabelecimento de terminais de carga, que permitam, também, a combinação multimodal para o acesso da produção equatoriana à bacia amazônica, de forma a ter acesso mais econômico ao Atlântico do que pelo canal do Panamá, cujos custos de pedágio têm uma incidência importante. No desenvolvimento da concessão de investimentos e de serviços ferroviários, como mecanismo para completar as redes de transporte terrestre, e na negociação e coordenação da regulamentação do transporte terrestre na área andina, foi assinalada a dificuldade que normalmente encontram os transportes equatorianos para ter acesso aos mercados, especialmente ao colombiano, devido a normas reguladoras, que não são totalmente compatíveis com a realidade do Equador.

Ali aparecem, por parte do setor privado, antes que reclamações contra os Governos, reclamações contra as corporações, os sindicatos de transportadores de um lado e do outro da fronteira. Além de outros problemas no transporte terrestre para a Colômbia, enfrenta-se, também, a atuação da guerrilha nessas áreas.

Quanto às telecomunicações, aqui se sugere completar a transformação do mercado telefônico, parcialmente avançada, e o estabelecimento de metas de cobertura e de custos. No caso da internet, os custos equatorianos resultam especialmente altos em comparação com a região, o que dificulta o acesso aos mecanismos de negociação. Em matéria de energia, é preciso incrementar a capacidade de geração hidrelétrica, aproveitando a disponibilidade de recursos do país neste setor, dada sua geografia e sua capacidade de geração e, como no caso da Bolívia, impulsionar o incentivo à utilização do gás natural como recurso componente da matriz energética.

Para o caso do Paraguai, também foi identificado o alto custo do transporte. O Paraguai é, também, um país mediterrâneo, ainda que tenha um acesso fluvial mais fácil aos portos de ultramar, porém, com custos muito elevados devido às freqüentes dificuldades operacionais da Hidrovia Paraguai - Paraná. Nesse sentido, sugere-se dar prioridade aos eixos rodoviário e fluvial, definidos na IIRSA, Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional na América do Sul, basicamente para o acesso ao Prata por um lado, mas também para o acesso pela transChaco aos mercados andinos, através da Bolívia.

Também em matéria de transporte, desenvolver um sistema nacional de concessão de obra pública, ainda que, no caso, por exemplo, do desenvolvimento viário, o sistema de concessão se enfrenta com as dificuldades da geografia paraguaia, neste caso para a operabilidade dos sistemas de pedágio, de pedágio tradicional, para o que se propõe o estudo da possibilidade de aplicação do pedágio sombra, como alternativa ao pedágio tradicional.

Quanto às telecomunicações, constata-se uma baixa penetração, também uma baixa confiabilidade das telecomunicações por parte dos operadores, sugerindo-se, portanto, a implementação do plano nacional da Sociedade da Informação, que já está formulado no Paraguai, mas que ainda não passou pela institucionalização nem aplicação necessárias para que isso impacte no setor das telecomunicações, afetado também por indefinição da organização do mercado após a postergação e as dificuldades que teve o Paraguai para definir a situação da empresa nacional de telecomunicações.

Quanto ao setor energético, o Paraguai tem uma vantagem competitiva no baixo custo da geração de hidrelétrica, que precisa ser fortalecida com uma política de tarifas estáveis, previsíveis para os operadores, com uma estratégia de interconexão com os países da região, para que também seja um fator de integração e de inserção comercial na região,

sendo necessário incentivar o estabelecimento de indústrias intensivas no uso da energia elétrica, por existir esse recurso de baixo custo. Finalmente, para terminar com este conjunto de fatores endógenos, o enquadramento legal institucional constitui, também, um dos aspectos chave.

No caso da Bolívia podemos identificar no regime de comércio exterior a necessidade de fortalecer o sistema de coordenação, testou-se o Conselho de Comércio Exterior, de forma a gerar centros únicos de decisão, além da descentralização da ação e da gestão, mas normalmente uma política com duas cabeças não conduz a bom porto e, por isso, tanto em nível público como privado, destacava-se na Bolívia a necessidade de uma maior coordenação, um maior fortalecimento deste sistema C-PROBOL - Conselho de Comércio Exterior.

Em segundo lugar, ainda no regime de comércio exterior, aos efeitos de facilitar a atividade exportadora, sugere-se completar a integração das atividades relacionadas com o comércio exterior ao SIVEX, ao sistema de balcão único de exportação, que atualmente concentra apenas alguns dos trâmites necessários, tendo, então, um impacto relativamente insignificante no objetivo buscado com esse mecanismo. Por outro lado, os operadores também salientaram a necessidade de simplificar trâmites de exportação e, com muita ênfase, apareceu a necessidade de consolidar a aplicação da Lei 1990, a lei de reforma aduaneira da Bolívia, de forma a permitir um maior controle, um maior combate à informalidade e, por essa via, uma melhor competitividade sistêmica de país.

Quanto ao regime trabalhista, destacaram-se os altos custos de transação do mercado trabalhista na Bolívia e a necessidade de introduzir reformas que permitam reduzir esses custos de transação sem lesionar os direitos trabalhistas nem introduzir rigidez inadequada à mobilidade trabalhista, de forma a facilitar a flexibilidade necessária para a adequação das estruturas empresariais à concorrência.

Em segundo lugar, priorizar, no regime de incentivos trabalhistas, a formação técnica, e gerar incentivos tributários para a capacitação e o treinamento da força de trabalho. Por último, quanto a regime tributário sugere-se o desenho de um regime tributário simplificado para pequenas e médias empresas, e para as micro e pequenas empresas, fundamentalmente, para, também por essa via, combater a informalidade.

Este regime tributário simplificado fundado antes que na arrecadação, na necessidade de controle, de neutralizar a carga ao exportador. Este fator também foi mencionado como um dos problemas em outro dos fatores endógenos. A carga tributária ao exportador deve ser neutralizada como forma de não exportar impostos e profissionalizar ou fortalecer o profissionalismo da administração tributária, pois antes que o desenho da estrutura tributária, o que aparece com fortes fraquezas na Bolívia e também no Equador e no Paraguai é a administração tributária como tal e a gestão da administração tributária.

No caso do Equador, quanto ao regime de comércio exterior, é preciso consolidar o sistema institucional de comércio exterior que está bastante bem desenhado, pelo menos assim é percebido pelos operadores e pelo setor público equatoriano, e responde às necessidades apresentadas. Em particular se sugere fortalecer os escritórios regionais da CORPEI, Corporação de Promoção de Exportações e Investimentos, e a elaboração de um novo sistema de incentivos e sua aplicação, para adequar os incentivos existentes desde um sistema que permitam orientá-los, como já dissemos, para gerar capacidades competitivas mais que para fortalecer rentabilidades empresariais de curto prazo.

Quanto ao regime trabalhista, também é preciso aperfeiçoar a legislação trabalhista, com vistas a diminuir os custos de transação, tanto para o trabalhador como para o empresário, ou hierarquizar a formação técnica e desenvolver incentivos tributários, da mesma forma que na Bolívia, para capacitação e treinamento da força de trabalho.

Quanto ao regime tributário, é necessária uma harmonização técnica e uma coordenação operativa do SRI, o escritório arrecadador, com as outras áreas de informação, tais como a aduana. Particularmente, é preciso desenvolver um regime tributário especial para as PMEs, também como objetivo de controle mais do que de arrecadação, e a automatização do sistema de créditos tributários às exportações, que hoje sofre grande atraso em matéria de recepção por parte dos exportadores.

E, no caso do Paraguai, algumas das recomendações também se repetem. No caso do regime de comércio exterior, aqui é preciso ampliar funções de PROPARAGUAY, atualmente orientada fundamentalmente para uma gestão microeconômica. É necessária sua participação no desenho de políticas setoriais, também como parte do sistema que desenha políticas setoriais, na medida que, de alguma maneira é a máquina que faz força no que respeita à aposta do Paraguai no exterior em matéria de produção e investimentos.

É preciso consolidar os mecanismos de incentivos à exportação e, como já dissemos, o desenvolvimento do regime de maquila, como mecanismos que permitam sua incorporação dinâmica na região e no comércio internacional.

Também é preciso modernizar procedimentos de aduana, no âmbito da União Aduaneira que o Paraguai integra com o MERCOSUL. Quanto ao regime trabalhista, as recomendações repetem as do Equador, não vou falar nisso, e no regime tributário é necessária, também, a definição e aplicação de um programa de fortalecimento institucional e profissionalização do sistema de arrecadação paraguaio, que é um sistema que ainda é aluvial, é uma coleção de impostos que têm se somado uns aos outros, precisa de uma redefinição de forma a sistematizar a estrutura tributária, mas ao mesmo tempo, fortalecer e profissionalizar a função arrecadadora, ou seja, a função da administração tributária. Também a coordenação com outras agências, particularmente com aduanas e a revisão do regime de tributo único, que hoje existe no Paraguai, mas que deveria orientar-se prioritariamente ao objetivo de controle da formalidade mais do que ao objetivo de arrecadação.

Com isto, e lamentando o tempo usado, quis fazer uma compacta síntese do relatório que os senhores receberam; resta-me apenas transmitir meu agradecimento e o dos outros consultores que trabalharam nisto, o senhor Pedro Luis Echevarría e o senhor Antonio Castillo à Secretaria-Geral, pelo apoio recebido, particularmente ao departamento de Promoção Econômica e ainda mais particularmente ao senhor Carlos Mejía e à senhora Mabel Eiris que colaborou muitíssimo com a produção deste relatório. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Agradeço ao economista Walter Cancela pela apresentação, e também aos demais consultores envolvidos na preparação deste trabalho, bem como à Secretaria, pelo esforço que pôs nestes documentos. Ofereço a palavra.

O senhor Representante da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Armando Loaiza Mariaca): Muito obrigado, senhor Presidente. Depois desta exaustiva apresentação do relatório sobre os fatores endógenos e exógenos que incidem na participação efetiva dos países de menor desenvolvimento econômico relativo no comércio inter-regional, eu gostaria de sistematizar minha

intervenção, porque já não pode ser muito extensa, para comentar amplamente os muitíssimos aspectos apresentados pelos consultores.

Considero importante levar em conta que o Estudo foi levado ao conhecimento desta alta instância do Comitê, no âmbito da Resolução 56 do Décimo Segundo Conselho de Ministros de ALADI, do mesmo nível que a Resolução 55 (XII) sobre o espaço econômico integral da região.

Os Ministros consideraram importante para fixar políticas, inclusive para definir estratégias de integração da ALADI, voltar a considerar, de maneira exaustiva e profunda a temática dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, que está firmemente assentada, firmemente ancorada no Tratado de Montevidéu 1980, e que tem seu antecedente, inclusive, no anterior Tratado da ALALC, que também dedicava um capítulo especial e muito importante aos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Então, este Estudo tem de ser considerado neste Comitê, quiçá por meio de uma discussão não totalmente exaustiva mas substancial e política dos membros, para que com um mandato preciso emanado desta instância do Comitê, o aprofundamento do conjunto de recomendações e ações que possam gerar-se a partir deste Estudo, essas sejam resolvidas no âmbito, quiçá, do Grupo de trabalho estabelecido, mas com um mandato geral, como digo, emanado desta instância, porque, depois deste Estudo, creio que esse é o espírito da Resolução 56 (XII), deve ser considerado no Décimo Terceiro Conselho de Ministros da ALADI, da mesma forma que o Programa para a conformação progressiva de um espaço de livre comércio no interior da ALADI.

Por isso eu quero incidir neste aspecto institucional. É importante que o Comitê adote uma decisão para que este estudo seja devidamente considerado nesta instância, da qual emanem mandatos para que depois seja apresentado, sob a forma de Resolução, ao alto nível do Conselho de Ministros da ALADI, pois esta é, pelo menos institucionalmente, a figura que preside nossas tarefas.

Referindo-me ao Estudo, não vou fazer uma consideração exaustiva, considerando a muito profissional e excelente apresentação que escutamos, mas quero salientar, porque é importante, o valioso concurso, o apoio institucional importante que a Secretaria da ALADI desenvolveu ao fazer e apresentar-nos este esforço, que mostra um compromisso profissional muito relevante.

É um Estudo no qual interviram Walter Cancela, Pedro Luis Echeverría e Antonio Castillo, e ninguém duvida de sua alta competência e profissionalismo no campo da integração econômica, nem de sua experiência. Então, o Estudo é realmente um documento de valor, um documento enxundioso, exaustivo, que incide no núcleo da grande problemática que os países de menor desenvolvimento econômico relativo da ALADI – a Bolívia, o Equador e o Paraguai – ainda devem enfrentar para que sua participação no processo de integração da região da ALADI seja mais efetiva e plausível.

No que respeita à Bolívia, apenas assinalarei como grande conclusão que vejo que o Estudo incidiu em que, apesar dos mecanismos de integração muito valiosos contidos no Tratado, do sistema de apoio que sempre é fundamental, estabelecido no Tratado, institucionalmente na ALADI, da Unidade ou Direção de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, que também realizou Estudos também muito importantes no passado, apesar disso, na Bolívia se adverte que há uma limitação muito grande de competitividade econômica industrial tecnológica que a habilite a potencializar ainda mais a inserção de suas exportações na região latino-americana.

A Bolívia tem como política básica ser um eixo integrador e voltar a maior parte de seu esforço de integração para a região, porque essa é sua mesma vocação, até direi, geopolítica, demonstrada por sua inserção, tanto na região do MERCOSUL e da Bacia Amazônica quanto na região Andina. Mas, apesar de seus esforços e destes mecanismos estabelecidos, o Estudo identifica fatores endógenos e exógenos que continuam limitando gravemente uma potencialidade, um desenvolvimento consistente da economia boliviana e de suas possibilidades de exportação para a região e também para terceiros países.

Então, eu creio que aqui há conclusões que vale a pena meditar e, sobre essa base, quicá preparar algumas propostas de cursos de ação específicos, até mesmo títulos de projetos para incidir na superação desses obstáculos estruturais identificados aqui, que não vão ser superados facilmente no curto prazo.

Eu quero salientar a importância do Estudo, destacar o profissionalismo e a competência com que a Secretaria, por meio do Secretário-Geral Adjunto, de Carlos Mejía e dos três consultores conseguiu desenvolver e concluir este importante Estudo.

Finalizaria assinalando que este aspecto institucional que mencionei no início de minha breve intervenção é importante. Para que este Estudo tenha incidência e seja coerente com o mandato recebido do Conselho de Ministros, deve receber um mandato claro também deste Comitê, dando-lhe sua aprovação, porque é um Estudo preliminar para que, com um elenco consistente de recomendações possa plasmar-se em um documento, um instrumento, uma Resolução que seja submetida à consideração do próximo Conselho de Ministros da Associação, que terá lugar, conforme nosso programa, no final deste ano. Obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado. Tem a palavra o senhor Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Leonardo Carrión Eguiguren): Obrigado, senhor Presidente. Eu quero começar unindo-me às palavras do Embaixador da Bolívia, para salientar a importância que tem o Estudo realizado pela Secretaria-Geral sobre os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

É um diagnóstico claro, que nos mostra, bem como ao resto dos países, claramente como estamos, como estivemos, nossas deficiências, nossos defeitos e nossas fortalezas. A partir deste Estudo, um dos primeiros que se sabe tenha sido feito exaustivamente sobre nossas realidades, poderemos avançar na correção, modificação de nossas políticas para poder superar as grandes barreiras que ainda enfrentamos internamente para atingir o pleno desenvolvimento de suas políticas nacionais (sic).

Quero salientar e fazer constar em ata o agradecimento do Governo do Equador. Temos trabalhado junto com eles, o Governo participou ativamente no Estudo, cujo resultado produziu satisfação no Governo Equatoriano, que agradece à Secretaria-Geral por seu trabalho.

Ainda vou fazer um pedido, da mesma forma como o Embaixador Boliviano, que o Comitê considere o trabalho, faça recomendações claras, precisas e dê diretrizes diretas ao Comitê, para que prepare as recomendações que, após serem conhecidas por nós, sejam submetidas ao Conselho de Ministros.

O trabalho é muito bom, devemos aproveitar este tipo de trabalhos, para alcançarmos resoluções concretas para que não se perca, como já se perderam na história tantos

documentos, sem chegar a conclusões e resoluções que tenham o efeito e o resultado que as motivaram.

Por isso, senhor Presidente, uno-me ao pedido do Embaixador da Bolívia, e peço aos Representantes aqui presentes considerar este trabalho em uma próxima reunião, exaustivamente, para dar indicações precisas para poder aproveitá-lo. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. tem a palavra a senhora Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Teresa Aurora Narvaja): Obrigada, Presidente. No mesmo sentido que os colegas da Bolívia e do Equador, quero agradecer à Secretaria-Geral e aos consultores por este magnífico trabalho, e sublinhar as palavras do senhor Embaixador da Bolívia e do senhor Embaixador do Equador quanto às deficiências estruturais que têm nossos países e à necessidade urgente que temos de sair deste grupo de países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Senhor Presidente, nós já enviamos este documento a nosso país, considerando a importância que tem para nós e, nesse sentido, solicitamos a colaboração dos países aqui presentes, de nossos países parceiros, para efetuar recomendações ao Conselho de Ministros que sejam no bom sentido, para que podamos ir adiante em isto. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Agustín Espinosa Lloveras): Obrigado, Presidente. Nos unimos, também, às felicitações à Secretaria e aos consultores por um trabalho que é um muito bom levantamento dos problemas que sofrem os países de menor desenvolvimento econômico relativo, tanto das influências exógenas como as endógenas, as estruturais e, as soluções e cursos de ação que se projetam.

Ainda não pudemos ler *in extenso* todos os documentos, por isso a apresentação de hoje contribuiu para uma compreensão primária dos textos que recebidos nas últimas horas em nossas Representações, mas acreditamos que o trabalho não deve parar aí, é absolutamente necessário que o Comitê arbitre a maneira para que deles surjam as recomendações necessárias para que o próximo Conselho de Ministros possa ter perante si uma proposta que, de alguma maneira, coadjuve a encontrar as soluções ali sugeridas.

Eu não sei se será o plenário do Comitê que deverá realizar esta análise ou se nós não deveríamos criar um âmbito mais restringido, que nos elevasse um projeto de proposta sobre recomendações para poder trabalhar sobre elas em uma próxima sessão, mas com a antecipação suficiente como para termos um projeto de recomendação suficientemente sólido e sério para nossos Ministros, na projetada reunião do Conselho de Ministros, no final do mês de dezembro. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a senhora Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Nancy Unda de González): Obrigada, senhor Presidente. Quero também felicitar a Secretaria e aos consultores, especialmente porque a síntese é magnífica. É um trabalho muito bem elaborado e penso que é difícil chegar a essas conclusões em tão pouco tempo. Eu apenas li um pouco dos relatórios que mandaram, uno-me, também, à proposta de elevá-lo ao Conselho de Ministros para que

tenha seu apoio também, e creio que é importante o que disse o Representante do Uruguai, de termos um Comitê para fazer uma proposta mais formal. Muito obrigada.

PRESIDENTE: Obrigado. Ofereço a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidente. Obviamente, uno-me às felicitações pela qualidade do trabalho, concordo que o Comitê – veremos de que forma – estude este documento, mas quero, com franqueza, expor alguns pontos de vista, que temos que levar em consideração.

Eu não li o documento, mas estou baseando-me na apresentação ampla que recebemos. Quando vemos a lista de fatores exógenos, indubitavelmente, muitos desses fatores não são exclusividade dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, mas nos envolvem a todos, por exemplo: a instabilidade dos fluxos financeiros, a possibilidade de acessar fontes de crédito, o acesso à tecnologia, etc.

Digo isto porque devemos pôr as coisas nos termos equilibrados, e quando penso em fatores endógenos, reflito se o Comitê pode aprovar recomendações aos Governos para que efetuem políticas determinadas. Isto é, estou pensando em voz alta, compartilhando inquietudes, com os colegas, de como encarar isto para que seja realmente eficiente.

Ninguém duvida da importância do trabalho, parece-me superlativa, ninguém duvida da justiça, da identificação e do diagnóstico, o que não sei é como podemos encaminhar isto para que efetivamente seja útil. A modo de exemplo, os países envolvidos, o Paraguai e a Bolívia, sofrem o problema da mediterraneidade, com os custos, principalmente, de transporte que isso significa, foi identificada a forma de resolver o problema, mas também sabemos que, para resolver esse problema, são necessários ingentes investimentos, seja na Hidrovia, seja na transamazônica, em qualquer uma delas.

Então, o que eu não quero é que, por darmos um tratamento acelerado a este tema, desperdicemos a qualidade e profundidade deste Estudo, e que terminemos fazendo uma tarefa incompleta ou politicamente inviável. É claro que todos sabemos da vontade política existente para ajudar, de alguma maneira aos países de menor desenvolvimento econômico relativo a resolverem seus problemas, mas se não vemos isso com um critério realista e pragmático, mais uma vez estaríamos errando de caminho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. tem a palavra o senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso). Obrigado, senhor Presidente. Minha Delegação inclui-se no agradecimento à Secretaria e aos consultores pela apresentação de hoje e pelos documentos que nos foram distribuídos no fim da semana passada. De uma primeira leitura surge claramente a abrangência do trabalho, a amplitude da visão de conjunto que nos pode propiciar.

A apresentação do documento e a apresentação de hoje, que gostaríamos muitíssimo de tê-la para nossos registros como cópia a ser distribuída, são excelente ponto de partida para uma tarefa que apenas começa. Um trabalho de análise e de reflexão conjunta sobre esses insumos que acabamos de receber da Secretaria e dos consultores, porque é necessário sempre lembrarmos de nosso mandato, que começa na Resolução 54 (XI), no Estudo encomendado a este Comitê e que o Conselho fez seu no momento em que o recebeu e o adotou.

Deste Estudo surge uma série de conclusões que estão baseadas nas Resoluções 55 (XII) e 56 (XII). A Resolução 55 (XII), que pede ao Comitê que apresente as bases para a conformação progressiva de um espaço de livre-comércio entre os países da região, e a Resolução 56 (XII), que pede ao Comitê que apresente ao Conselho um Estudo integral que identifique os fatores endógenos e exógenos que incidem sobre a participação dos PMDERs no comércio intra-regional.

Isso por quê? Porque, sem dúvida, dentre os fatores que mais se destacam na leitura do Estudo da Resolução 54 (XI), encontramos com clareza a indicação e o reconhecimento de que as exportações regionais dos países de menor desenvolvimento econômico relativo cresceram menos, em média, que as exportações regionais da ALADI no período de 1980 a 2000, 4,6% contra 7 %.

Porque os países de menor desenvolvimento econômico relativo se beneficiaram, em média, menos que os países da ALADI dessa rede absolutamente desigual e descontínua mas extremamente importante, bastante grande, que se foi conformando ao longo dos tempos sob a autoridade do Tratado de Montevideu 1980. E porque também nesse Estudo se pedia ao Comitê de Representantes que adotasse as medidas para a melhor aplicação, para a melhor utilização do sistema de apoio dos PMDERs no âmbito do Tratado.

O Estudo que recebemos hoje é um Estudo que é claro, por sua amplitude e por tentar apresentar exatamente o panorama mais completo possível dos fatores exógenos e endógenos, vai além dos parâmetros iniciais, mas isto é extremamente positivo porque, neste caso, nos permite ver com mais clareza o conjunto e ressalta aí uma conclusão que é tal vez a mais simples e a idéia de mais força em tudo, é que mais uma vez o problema parece radicar no escasso desenvolvimento da economia, e da competitividade da economia.

E quando a gente vê esse conjunto de fatores exógenos e endógenos que se condicionam, que se retro-alimentam e que muitas vezes terminam por motivar prejuízos sucessivos para os países interessados, e quando vemos essa análise, seguida da identificação feita pelos consultores e pela Secretaria, como bem assinalou o senhor Representante da Argentina, encontramos aí muitos traços que não são exclusivos dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, nos reconhecemos na quase totalidade dos pontos que foram aí assinalados e que foram singularizados, o que, é claro, não quer dizer que os problemas sejam exatamente os mesmos, ou tenham exatamente a mesma intensidade ou a mesma graduação, e isso é importante tê-lo presente, bem como também é muito importante ter presente que na parte, sobretudo, prescritiva dos Estudos e no que respeita basicamente aos fatores endógenos, como também observava o senhor Representante da Argentina, encontramos aí algumas observações, que, é claro, terão de ser lidas ou recebidas levando em conta, não apenas a identidade cultural e idiosincrasia, mas também as definições políticas de cada um dos países envolvidos.

De todas formas, creio que é particularmente importante ter esses Estudos, porque são excelentes como ponto de partida para iniciar nosso trabalho. É ainda mais importante que esses Estudos nos sejam apresentados hoje, em um momento em que nossa organização está confrontada com problemas bastante sérios e bastante difíceis, porque a apresentação de estudos que são tão relevantes, tão significativos, de tantos méritos demonstra, uma vez mais, que a ALADI não apenas existe, mas que ela é capaz de produzir documentos de interesse concreto e real, não apenas para um grupo de países, mas para todos os países que estão aqui. E isso é extremamente importante.

Creio que agora devemos começar a examinar em profundidade, debater, tentar fazer uma reflexão conjunta sobre os elementos que estão aí, com vistas a, em determinado momento, preparar o que foi pedido ao Comitê ou seja, o Estudo sob a responsabilidade do Comitê, sobre os fatores endógenos e exógenos que incidem diretamente na capacidade dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, aproveitar as preferências, aproveitar as oportunidades que lhe são oferecidas, e também a todos nós, por meio dos Acordos estabelecidos ao amparo do Tratado de Montevideu 1980.

Esta é uma reflexão muito importante que vai exigir um nível de detalhe e uma absoluta liberdade de raciocinar em conjunto, pelo qual me parece que, seja no Comitê diretamente, ou no Grupo de trabalho específico, teríamos que imaginar avançar em reuniões informais, para que o Comitê, no âmbito de reuniões de Chefes de Representação, ou no âmbito do Grupo de Trabalho, se preferirem, que também tem reuniões informais, para que possamos, em conjunto, ir conformando esta espécie de consenso que será necessário para que, efetivamente, tiremos o melhor proveito dos excelentes estudos que recebemos e possamos responder, efetivamente, ao pedido do Conselho, que é apresentar um Estudo do Comitê sobre as questões que envolvem os fatores exógenos e endógenos que afetam o aproveitamento pelos PMDERs das oportunidades no âmbito do Tratado de Montevideu 1980. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva): Senhor Presidente, muito brevemente, não para abundar propriamente nos méritos do trabalho, que entendemos que tem muitos, mas para uma breve reflexão pessoal a esse respeito.

De maneira destacada aqui escutamos o que já parecia ser um consenso, que o Conselho de Ministros, considerando a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, deveria emitir um mandato no entorno das conclusões desses Estudos, e também escutamos que isto deveria emanar de uma avaliação do Comitê de Representantes, que permita, no momento apropriado, fazer recomendações conseqüentes ao próprio Conselho de Ministros.

Para concluir nisto, hoje percorremos uma muito condensada apresentação, na qual se projeta a problemática econômica, institucional, inclusive política, tecnológica, dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Nessa perspectiva, senhor Presidente, eu colheria uma expressão enfática do senhor Embaixador da Argentina, e diria que, agora e no futuro imediato, deveríamos ver isto com um critério realista e pragmático. O que entendo eu por critério realista e pragmático? Primeiro, reconhecer que um Estudo desta natureza, amplitude e cobertura é necessário para chegar à especificidade, se não temos isto claro ao trabalhar, daqui a diante, o Estudo vai ser uma lista do mercado, que se chegar assim aos Ministros, diremos, que bom, que se faça o que der, mas não haverá medidas específicas. O problema é que o que hoje vimos o que já tínhamos adivinhado ainda antes de tê-lo visto: existe em nossos países uma profunda problemática estrutural de dimensões múltiplas, relativa de maneira enfática ao atraso econômico, tecnológico e institucional que padecem não apenas os países de menor desenvolvimento econômico relativo, como já foi dito, mas em maior ou em menor grau, todos nossos países.

Neste entorno, repito, estamos obrigados a desenterrar a especificidade relevante, de tudo o que está aí, de tudo isso, o que é o que aqui, nesta Associação, poderíamos fazer de maneira muito específica, para poder coadjuvar à solução de alguns problemas também com caráter muito pragmático? É preciso identificar o calcanhar de Aquiles disto tudo, no

entorno da abrumadora problemática do subdesenvolvimento econômico da baixa produtividade e competência dos países para o mercado interno e externo.

Creio, então, senhor Presidente, que se alguma indicação inspiradora do trabalho avaliador que será feito em Comissão, procedesse, demos por conhecido o amplo entorno, que quase adivinhávamos antes de fazer os estudos. Algo que me desencantava desde que era investigador profissional na Universidade era isso, quando eu descobria, por meio de uma pesquisa feita com um sentido, assim de ambição acadêmica nas unidades familiares de determinada região, a característica de que a casa não tem luz, a casa não tem piso firme, tem piso de terra, a casa tem tais características, o resto tinha de ser adivinhado: o nível de renda, o número de membros da família, adivinhavam-se todas as características adicionais, e esta descrição conduzia a acreditar que estávamos muito mal, e mais nada.

Eu creio que, neste caso, estamos tão mal que estamos obrigados a desenterrar o que para nós deveria ser o grão e não porque todo o resto seja palha, mas porque é o grão que é competência desta Associação e dos países associados à ALADI. Se isso não for feito, creio que o esforço dos pesquisadores não terá merecido o fim último ao que estaria destinado. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado. Ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito breve, Presidente. Para, em primeiro lugar, agradecer as expressões das distintas Representações sobre a qualidade do trabalho que apresentamos na manhã de hoje e agradecer aos consultores que participaram da realização deste trabalho e, com certeza, também aos funcionários da Secretaria, encabeçados pelo economista Mejía, para a realização deste trabalho.

Como foi assinalado aqui hoje, sobre os comentários que despertou este trabalho, obviamente que isto agora merece uma análise muito profunda; e queria simplesmente assinalar que a Secretaria seguirá disponível para atender os requerimentos que faça o Comitê de Representantes e, participar também ativamente da discussão do documento nas instâncias que o Comitê considere convenientes. Obviamente, ao concluir essa análise, que terá de ser organizada, também nossa disposição de colaborar com o Comitê na elaboração do relatório que, eventualmente, deva ser apresentado ao Conselho de Ministros como resultado desta Resolução.

Novamente, para concluir, quero agradecer muito pelos comentários dos senhores na manhã de hoje e, sobretudo, porque isto estimula muito ao pessoal nosso para a realização destes trabalhos e, na pessoa de Walter Cancela, agradecer tanto a Antonio Castillo como a Pedro Luis Echeverría, os três consultores que participaram deste trabalho. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidente. Para que não conclua esta reunião sem que estabeleçamos um mecanismo de tratamento deste tema, eu gostaria de colher e, simultaneamente, propor ao Comitê a sugestão que fez a Delegação do Brasil, no sentido de fazer uma reunião informal de Chefes de Representação para analisar a forma mais eficiente de avançar nesta tarefa, porque senão vamos sair daqui com o conhecimento do documento, é claro que temos que nos dar um tempo para ler o documento, mas seria bom que houvesse uma reunião de Chefes de

Representação porque, em definitivo, estamos tratando em paralelo duas Resoluções, a 55 (XII) e a 56 (XII), e as duas são elementos que temos que apresentar oportunamente ao Conselho de Ministros e seria bom que saísse daqui um mecanismo inicial de tratamento para, inclusive, realizar a tarefa de identificação do grão, como assinalou o Embaixador do México, e que eu concordo.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Representante da Argentina. Estava, justamente, por sugerir que, segundo as intervenções das várias Representações e as propostas feitas pela Bolívia, pelo Equador e pelo Paraguai, com os comentários que escutamos depois das demais Representações, decidíssemos, já que todas as Representações precisam de algum tempo para ler o documento, examiná-lo e ter algumas idéias mais concretas, seguir a sugestão de que tivéssemos uma reunião de Chefes para avançar nesta discussão, de exatamente como vamos tratar as diferentes partes do documento, como vamos encontrar o grão e aí, creio que era a sugestão do Embaixador da Bolívia, dar ao Grupo de trabalho uma orientação para que avance no Estudo, e depois volte a apresentar ao Comitê suas recomendações.

Se todos concordam com esta sugestão, daríamos um tempo prudente e faríamos uma reunião de Chefes para uma primeira discussão do documento em seu conteúdo mesmo. Assim fica resolvido.

7. Conversão das Preferências Negociadas à NALADI/SH 2002 (ALADI/SEC/Proposta 245/Rev. 1).

Passamos agora ao ponto 7 da ordem do dia, Conversão das Preferências Negociadas à NALADI/SH 2002, Proposta 245/Rev. 1.

Ofereço a palavra à senhora Secretária-Geral Adjunta.

SECRETÁRIA-GERAL ADJUNTA (María Teresa Freddolino): Muito obrigada, senhor Presidente. Em 10 de julho passado fizemos, no Comitê de Representantes, uma apresentação de qual era o estado dos trabalhos sobre a conversão da NALADI/SH 96 a 2002; naquela ocasião apresentou-se o mecanismo pelo qual os países convalidariam as conversões e, sobre essa base, apresentamos um documento com uma proposta de Resolução e agora estamos apresentando uma Proposta 245/Revisado 1, que, se os países estão de acordo, deveríamos aprova-la, porque é a maneira de consolidar as conversões que estão sendo feitas.

Este projeto é similar à Resolução 214, que foi feita para a adequação anterior, e que é o que permite que os acordos, nas cópias certificadas que vão ser entregues aos países, tenham valor legal, porque estão aprovados por este Comitê.

Portanto, como a Secretaria está terminando praticamente todas as conversões, falta a digitalização, consideramos que já teríamos que ter esta Resolução aprovada, creio que, neste momento, alguns países ainda não têm as instruções, mas esta reiteração sobre o estado das conversões e sobre a necessidade de que se aprove a Resolução, é para, de certa forma, pôr de manifesto a necessidade de que seja aprovada. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, senhora Secretária-Geral Adjunta. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Afonso José Sena Cardoso): Obrigado, senhor Presidente. Apenas para uma esclarecimento. A intenção da Secretaria neste caso específico é recordar ao Comitê que será necessário tomar uma decisão sobre esta matéria o mais rápido possível, não é para começarmos a tomar uma decisão hoje. É tudo.

PRESIDENTE: Sim, é justamente o que disse a Secretária-Geral Adjunta, é um pedido para que todas as Representações se interessem em ter instruções para que se possa tomar uma decisão o mais rápido possível.

8. Relatório do Secretário-Geral sobre o cumprimento do Orçamento por Programas para o ano 2003.

Se não há outro comentário sobre este ponto passaríamos ao ponto 8 da ordem do dia, que é o Relatório do Secretário-Geral sobre o cumprimento do Orçamento por Programas para o ano 2003.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhor Presidente. Considerei conveniente informar o Comitê de Representantes sobre o cumprimento do Orçamento por Programas para o presente ano, levando em conta a situação financeira pela que atravessa a Associação.

Sem entrar no mérito de cada um dos trabalhos, que corresponde a outras instâncias do próprio Comitê, quero dizer que no Orçamento por Programas temos 143 atividades previstas. Dessas atividades, 120 correspondem a trabalhos realizados com o quadro de pessoal e 23 dependem da disponibilidade de outros recursos financeiros destinados no orçamento.

Das 120 atividades a ser executadas pelo pessoal de planta, 83 foram cumpridas o estão em vias de desenvolvimento, de acordo com o cronograma previsto, o qual representa 69 % do total. Outrossim, das 37 restantes, 18 estão em fase prévia de desenvolvimento e, em muitos casos, dependemos de informações externas das que não dispomos até o momento, o que representa 15% do total de atividades programadas. Em consequência, estamos cobrindo 84% do total das atividades previstas com o quadro de pessoal.

Dentre as atividades não cumpridas há reuniões previstas que não foram convocadas por falta da cooperação técnica externa, outras foram readequadas em função dos avanços registrados em Grupos de Trabalho do Comitê, há algumas que foram afetada pela prioridade dada aos trabalhos do Espaço de Livre Comércio e há outras que se referem a reuniões de grupos de trabalho ou de funcionários governamentais.

Sobre este último aspecto, quero destacar que na Resolução 277 não se aprecia a magnitude do trabalho realizado pela Secretaria-Geral e pelo próprio Comitê para dar cumprimento às Resoluções 55 e 56 do Conselho de Ministros. Basta apenas assinalar que houve 16 reuniões do Grupo de Trabalho criado para considerar o tema relativo ao espaço de livre comércio, além das reuniões de Chefes de Representação e do próprio Comitê.

Assistir tecnicamente esses trabalhos demandou um tempo importante do pessoal durante o primeiro semestre do ano que, dada a prioridade concedida aos mesmos, repercutiu no cronograma previsto de outras atividades.

Das 23 atividades, cuja execução dependia de outros recursos financeiros, apenas conseguimos cumprir 4. Não preciso dar maiores explicações sobre o particular, já que a situação é amplamente conhecida pelos senhores.

Quanto às atividades previstas no âmbito do Sistema de apoio aos PMDERs, salvo os trabalhos realizados com pessoal da Secretaria, os projetos que precisam de recursos financeiros orçamentários foram seriamente afetados.

Esta informação tem caráter preliminar e, como temos feito nos últimos anos, apresentaremos no mês de fevereiro uma avaliação completa e detalhada da execução do Orçamento por Programas para o corrente ano.

Finalmente, quero assinalar que estamos elaborando a proposta de programa de atividades para o ano 2004 e esperamos apresentá-la, para sua análise no Grupo de trabalho correspondente, na próxima semana.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima): Obrigado, Presidente. Primeiro, agradeço ao Secretário pelo relatório oferecido sobre o nível de atividade desenvolvido, apesar das restrições financeiras que todos sabemos que a Associação sofreu, mas quero fazer referência agora à programação de atividades para o ano seguinte.

Como os senhores sabem, a Argentina tem a responsabilidade de coordenar esse Grupo de trabalho de programação de atividades, e não o convocamos. Porém, não o fizemos, e já o informei em reunião de Chefes de Representação mas quero que conste aqui, não por simples negligência, mas porque à luz da situação financeira que estamos atravessando, fazer uma programação de atividades para o próximo ano partindo destas realidades, seria pouco realista e dificilmente poderíamos fazer uma programação de atividades eficiente.

Por que tomo este tema, adicionalmente, além do fato de fazer constar esta circunstância? A Secretaria anuncia a vontade de enviar-nos um rascunho, uma base de trabalho para que diagramemos nosso trabalho para o ano próximo. Em reunião de Chefes de Representação, de alguma maneira, parece-me que houve coincidência em que estávamos em uma conjuntura complexa e que não íamos resolvê-la em um dia e que, de alguma forma, tínhamos que tomar uma espécie de ano “sanduíche”, se quisermos chamá-la assim, um ano entre parêntesis para repensar um monte de coisas, que têm a ver, inclusive, com a adequação da estrutura ALADI às realidades que hoje temos de viver, às realidades de nossa região, à realidade do mundo, o que informalmente chamamos como uma espécie de repensar a ALADI.

Digo isto porque, obviamente, isto não pode ser resolvido no Grupo de trabalho, como para programar as atividades, eu creio que esta tarefa agora deveria passar diretamente aos Chefes de Representação mais uma vez, para que ali seja analisado como vamos encarar 2004, com vistas às atuais realidades econômicas e financeiras, com vistas à necessidade de produzir definições sobre o modo de tornar mais eficiente o trabalho da Associação.

Eu queria fazer constar isto, Presidente, porque estamos muito próximos da finalização do ano, o Grupo de trabalho de Programa de Atividades, obviamente não se reuniu durante o ano, pelos motivos que todos conhecemos e não queria que isto aparecesse simplesmente como um descuido, mas que responde a uma série de realidades. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Obrigado, senhor Representante da Argentina. Se nenhuma outra Representação quer intervir, eu queria fazer um comentário sobre o que acaba de dizer o senhor Representante da Argentina, eu concordo totalmente com a idéia de que o tema de reflexão sobre o futuro da ALADI deve estar em reuniões de Chefes de Representação, creio que é importante que tenhamos esta reunião, em poucos dias, quiçá em dois, três dias ter uma manifestação da consulta que está sendo feita aos Ministros sobre a possibilidade ou não de fazer uma reunião do Conselho de Ministros em dezembro, mas de todas formas, creio que é uma tarefa que poderíamos estar de acordo em iniciar já, de imediato, sem esperar nenhum tipo de mandato especial, isso é algo que se impõe.

Por outra parte, creio que sim seria conveniente – permito-me discordar com a visão do colega Carlos Olima – que o Grupo de trabalho examinara esta base de programa de atividades que a Secretaria nos anunciou que apresentaria na semana próxima, porque de alguma maneira temos que pensar que teremos algum recurso no ano próximo. No ano passado fizemos o esforço, tivemos um Programa de Atividades, não houve recursos suficientes para executar todo o programa, mas alguma coisa sim foi executada, e considero que uma primeira análise de um programa que seria, é claro, decidido levando em conta que as perspectivas de trabalho não são as mais amplas.

De todas formas seria necessário, pelo menos, que tivéssemos um programa mínimo arranjado para o ano próximo, inclusive, eu diria, para manter a sadia prática de ter um Orçamento por Programa, isso sempre parece que seria muito útil, então, deixo esta reflexão a consideração das Representações e o Coordenador do Grupo de trabalho o julgará melhor, mas creio que é uma coisa que podemos considerar como válida.

O senhor Representante do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva): Antecipando um pouco o que poderíamos discutir nessa reunião próxima, creio que aqui há um *desideratum* global do que seria a perspectiva de programa para o ano próximo.

Uma premissa fundamental: veríamos o futuro ano no entorno do que está aprovado pelos Estados como participação de cotas ou não? Caso negativo, estaríamos saindo dos trilhos estabelecidos institucionalmente; caso positivo, sabemos que o mais provável é que os recursos não sejam suficientes para fazer o que deveríamos ou gostaríamos de fazer. Esta é uma dúvida, é um problema grave, uma decisão ou outra nos tem na incerteza e creio que, em verdade, prever o futuro com ajustamento de orçamento não é uma decisão que esteja tomada até agora, nem poderia ser tomada se não for no Conselho de Ministros.

Então, teríamos que fazer o esforço de imaginar o quê faríamos se agora tivéssemos os recursos escassos, e eu recomendaria que o fizéssemos assinalando quais são as prioridades que estariam dispostas, que estariam assinaladas, para que se tudo não for possível, pelo menos ocorra isso.

No significa que estamos prevendo uma arrecadação tão pobre como a deste ano, não significa que podemos evitar os custos grotescos de financiamento que hoje carga sobre suas costas a Associação e dos que todos somos responsáveis, ou quase todos, mas coloco isto porque creio que devemos ser, ao mesmo tempo realistas mas não antecipar a véspera de algo que não nos compete nestas instâncias, que é o de fazer um programa com ajustamentos, porque além do mais, os ajustamentos vêm de duas partes, em seu momento, quero dizer; uma, de que não são pagas as parcelas, não são pagas as contribuições e, por outro, a maior parte do orçamento da ALADI faz parte da própria organização, sem necessidade dos programas, simplesmente com salários e custos

ineludíveis. Então, tenhamos isto presente para sermos realistas e para não desvirtuarmos aquilo que não está em nossas mãos, mas nas da institucionalidade e das aprovações de Governo que até agora temos. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Muito obrigado, senhor Representante do México. Se não há outra intervenção, daremos por concluído o ponto 8 de nossa Ordem do dia.

9. Conformação do Tribunal Administrativo da ALADI.

Passaríamos ao ponto 9 que foi agregado, que é Conformação do Tribunal Administrativo da ALADI. Dou a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL: Muito obrigado, senhor Presidente. Efetivamente, como tivemos oportunidade de comentar com o senhor antes desta reunião, e já o assinalou, solicitando a incorporação deste ponto na Agenda, no passado 11 deste mês concluiu o mandato, pode ser denominado assim, dos atuais membros do Tribunal Administrativo da Associação.

Corresponde então, designar os novos membros do Tribunal, de conformidade com o disposto no Artigo 2 da Resolução 275 deste mesmo Comitê.

No caso da conformação do novo Tribunal Administrativo, não vai ser utilizado o sistema de sorteio como previsto, levando em conta o estabelecido pelo Comitê em seu momento, em ata, de que se desse a capacidade de participar a nacionais de todos e cada um dos países-membros. Dado que esta é a quarta oportunidade em que se vai integrar o Tribunal Administrativo, e unicamente nacionais de três países-membros não estiveram vinculados a este Tribunal, isto é, os da Argentina, de Cuba e do México, então, a Secretaria oportunamente fez as comunicações a todos os países-membros e no caso particular destes três últimos países, apresentaram os nomes dos senhores, em primeiro lugar Pedro Ezequiel Marotta, de nacionalidade argentina, a Licenciada Mirna Martínez Ajuria, de nacionalidade cubana, e a do doutor Ruperto Patiño Manffer, de nacionalidade mexicana, para integrar o Tribunal Administrativo durante o lapso 2003-2006 e, em tal sentido, corresponderia neste caso ao Comitê fazer a designação direta destas três pessoas como integrantes do Tribunal Administrativo e então, em 2006, proceder sob o sistema do sorteio para a designação dos membros. Com isto ficaria completo o ciclo previsto pelo Comitê no momento em que se constituiu o Tribunal por primeira vez e agora então, atuaríamos dessa maneira.

Presidente, permito-me sugerir-lhe que o Comitê se pronuncie sobre este particular, é uma constância unicamente em ata que se deixa, e procederíamos a ter aos novos membros do Tribunal Administrativo, que é muito importante para o normal funcionamento da Associação. Muito obrigado.

PRESIDENTE: Obrigado, senhor Secretário-Geral. Submeto à consideração do Comitê a designação do doutor Pedro Ezequiel Marotta, da licenciada Mirna Martínez Ajuria e do doutor Ruperto Patiño Manffre, como novos membros do Tribunal Administrativo da ALADI.

Não há objeções, fica aprovado.

10. Assuntos diversos.

O último ponto de nossa Ordem do dia é assuntos diversos. Consulto se alguma Representação quer fazer uso da palavra.

Neste tema, para registro em atas, corresponde informar que foi posposta para o próximo ano a Oitava Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis do Fornecimento da Informações Estatísticas de Comércio Exterior.

O senhor Representante do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva): Senhor Presidente, como consta da documentação que hoje nos foi entregue de Assuntos Entrados, o Governo do México comemora os 250 anos do Pai da Pátria, Miguel Hidalgo e Costilla.

Eu desejaria, neste mesmo ano, fazê-lo também no entorno da ALADI, colocando o busto do prócer mexicano, porque é um ano que oficialmente no México é o de Miguel Hidalgo e Costilla, pelo qual gostaríamos de incorporá-lo o mais rápido possível ao lugar que lhe corresponde, ao lado de seus homólogos históricos, portanto, agradecerei o apoio de todos os senhores para que o façamos antes que o Natal nos abrume.

Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE: Obrigado, senhor Representante do México, pela comunicação. Certamente participaremos com muitíssimo prazer da incorporação do busto de Hidalgo e a Secretaria tomará todas as providências necessárias para o ato.

Não havendo outra intervenção, declaro encerrada a sessão.
